

Direção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extrato) n.º 12936/2012

Por despacho do Diretor-Geral de 20.09.2012:

António Licínio Marques Cabral, Escrivão de Direito do 2.º Juízo Criminal do Tribunal de Comarca da Maia — autorizada a permuta para o 1.º Juízo Criminal do Tribunal de Comarca de Santo Tirso.

Maria de Fátima Pereira Galvinas, Escrivã de Direito do 1.º Juízo Criminal do Tribunal de Comarca de Santo Tirso, autorizada a permuta para o 2.º Juízo Criminal do Tribunal de Comarca da Maia.

21 de setembro de 2012. — A Diretora de Serviços, *Helena Almeida*.
206413842

Polícia Judiciária

Unidade de Recursos Humanos e Relações Públicas

Aviso (extrato) n.º 13128/2012

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 25 do Regulamento Disciplinar da Polícia Judiciária publicado no Decreto-Lei n.º 196/94 de 21 de julho, na impossibilidade, confirmada, no Processo Disciplinar n.º 20/2005 de proceder à notificação pessoal, por ausência, em parte incerta, notifica-se Paulo António Pereira Cristóvão, que por despacho da Ministra da Justiça, de 03 de agosto de 2012, foi rejeitado o recurso hierárquico da decisão do Diretor Nacional Adjunto, de 03 de julho de 2009, que lhe aplicou a pena disciplinar de 120 dias de suspensão, começando esta a produzir efeitos decorridos 15 dias após a publicação deste aviso no *Diário da República* e logo que constitua nova relação jurídica de emprego público ou se aposente, nos termos do artigo 12.º do Estatuto Disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas (Lei n.º 58/2008 de 9 de setembro) e artigo 76.º do Estatuto da Aposentação (Dec. Lei n.º 498/72 de 9 de dezembro), respetivamente.

26 de setembro de 2012. — Pela Diretora da Unidade, *João Prata Augusto*.

206415649

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO

Autoridade para as Condições de Trabalho

Despacho n.º 12937/2012

O Decreto Regulamentar n.º 47/2012, de 31 de julho definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna da Autoridade para as Condições do Trabalho por determinação do disposto no Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de dezembro, que estabeleceu a orgânica do Ministério da Economia e do Emprego.

Considerando que, não obstante ainda não ter sido publicada a Portaria que fixa a estrutura nuclear da Autoridade para as Condições do Trabalho e as respetivas competências, e, a fim de garantir o normal funcionamento dos serviços, bem como, a prossecução das competências atribuídas à Autoridade para as Condições do Trabalho impõe-se, com urgência proceder à nomeação de um responsável para a Direção de Serviços de Apoio à Gestão, unidade orgânica criada pela Portaria n.º 1294-D/2007, de 28 de setembro, cujo lugar de diretor de serviços se encontra vago;

Considerando ainda que, o n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 30 de agosto, prevê que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de vacatura de lugar;

Assim, verificando-se todos os requisitos legais exigidos, nomeio em regime de substituição, no cargo de Diretora de Serviços de Apoio à Gestão, cargo de direção intermédia de 1.º grau, a licenciada Maria João Borges de Campos Ferreira Robalo de Magalhães, com efeitos a partir de 1 de outubro de 2012, ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 47/2012, de 31 de julho conjugado com o artigo 27.º da Lei n.º 2/2004 de 30 de agosto;

O nomeado possui o perfil, experiência e conhecimentos adequados à prossecução das atribuições e objetivos dos serviços e detém competências e aptidões para o exercício do cargo, conforme resulta da síntese curricular.

26 de setembro de 2012. — O Inspetor-Geral, *José Luís Pereira Forte*.

Síntese curricular

Maria João Borges de Campos Ferreira Robalo nascida em 13 de janeiro de 1956, em Angola; com licenciatura em Economia pelo Insti-

tuto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (1981), complementada com um estágio feito no Departamento de Planeamento da EDP (modelo econométrico — consumo de energia elétrica); técnico oficial de contas e possui uma pós-graduação em «Gestão Pública» pelo INA (CADAP/2010).

Em 1983 iniciou a carreira técnica superior no Instituto Português do Património Cultural;

De 1984 a 1989, foi técnica superior no Departamento Central de Planeamento a exercer funções no sector empresarial do estado (avaliação ex-ante de projetos de investimento) e na área do desenvolvimento regional;

De 1990 a 1993, foi Chefe de Divisão de Estatística no Gabinete de Estudos e Planeamento das Pescas;

De 1993 a 1995, foi Diretora de Serviços do Gabinete de Coordenação Financeira da Secretaria Geral do Mar;

De 1996 a 1998, exerceu funções como assessora no Conselho de Mercados de Obras Públicas e Particulares (atual InCI), sendo responsável pelo licenciamento (alvará) das empresas de obras públicas;

De 1998 a 2003, foi Diretora de Serviços de Programação, Avaliação e Documentação do Instituto da Cooperação Portuguesa (atual Camões — Instituto da Cooperação e da Língua);

De 2004 a 2007, foi Diretora de Análise de Mercados do IMOPPI (atual InCI);

Desde Agosto de 2007, exerce funções no Gabinete de Avaliação e Auditoria Interna do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (atual Camões).

206415568

Despacho n.º 12938/2012

O Decreto Regulamentar n.º 47/2012, de 31 de julho definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna da Autoridade para as Condições do Trabalho por determinação do disposto no Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de dezembro, que estabeleceu a orgânica do Ministério da Economia e do Emprego.

Considerando que, não obstante ainda não ter sido publicada a Portaria que fixa a estrutura nuclear da Autoridade para as Condições do Trabalho e as respetivas competências, e, a fim de garantir o normal funcionamento dos serviços, bem como, a prossecução das competências atribuídas à Autoridade para as Condições do Trabalho impõe-se, com urgência proceder à nomeação de um responsável para a Divisão de Regulação de Entidades Externas, unidade orgânica criada pelo Despacho n.º 22 726-B/2007, de 28 de setembro, cujo lugar de chefe de divisão se encontra vago;

Considerando ainda que, o n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 30 de agosto, prevê que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de vacatura de lugar;

Assim, verificando-se todos os requisitos legais exigidos, nomeio em regime de substituição, no cargo de Chefe de Divisão de Regulação de Entidades Externas, cargo de direção intermédia de 2.º grau, a licenciada Elisabete Silvério Mota, com efeitos a partir de 1 de outubro de 2012, ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 47/2012, de 31 de julho conjugado com o artigo 27.º da Lei n.º 2/2004 de 30 de agosto.

A nomeada possui o perfil, experiência e conhecimentos adequados à prossecução das atribuições e objetivos dos serviços e detém competências e aptidões para o exercício do cargo, conforme resulta da síntese curricular.

26 de setembro de 2012. — O Inspetor-Geral, *José Luís Pereira Forte*.

Síntese curricular

Elisabete Silvério Mota, Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Pós-Graduação em Segurança e Higiene do Trabalho, Curso sobre o Novo Regime da Contratação Pública — Sêrvulo Associados/Sociedade de Advogados; 1.ª Jornadas sobre o Direito Marítimo — Faculdade de Direito de Lisboa.

De julho de 2011 exerceu a função de Assessora Jurídica do Inspetor-Geral do Trabalho na ACT — Autoridade para as Condições do Trabalho;

De 2010 a junho de 2011 exerceu a função de Assessora Jurídica equiparada a Adjunta no Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, com um louvor prestado;

Entre 1999 e 2010, no Instituto Português e dos Transportes Marítimos — IPTM, I. P., exerceu a função de responsável, no Departamento da Náutica de Recreio, pela credenciação e fiscalização das entidades formadoras de navegadores de recreio, elaboração de legislação e acompanhamento da respetiva atividade; No Departamento de Regulação Dominial exerceu a função de Jurista; no Gabinete de Publicação e Imagem exerceu a função de coordenação da revista *Mar* na área da publicidade.

206415787